



ID: 117820268

23-06-2025

Portugal à boleia do futuro dos outros



Ricardo Paes Mamede

A ausência de estratégia, a desarticulação governativa e a fragilidade das opções tornam evidente o vazio de visão

O novo Governo tomou posse e apresentou a sua orgânica e programa. Seria o momento para dar a conhecer uma visão clara e coerente sobre o modo como o país pretende posicionar-se no contexto económico e tecnológico global. O que vemos, no entanto, é uma estrutura governativa desarticulada e um conjunto de prioridades sem coerência nem fundamento.

Nas actuais circunstâncias, isto é ainda mais preocupante. Estamos a viver uma fase de transformações estruturais significativas: a aceleração da inteligência artificial e da automação, combinadas com novas capacidades logísticas, a emergência da computação quântica, o avanço da robótica e a exploração da observação da Terra, criam oportunidades e novas exigências. A necessidade de responder à crise climática está a transformar o modo como produzimos e consumimos, bem como os modelos de negócios. Tudo isto ocorre num mundo em que a China se afirma como potência tecnológica global e as tensões geopolíticas e comerciais reconfiguram as cadeias globais de produção.

Face a este cenário, os países mais avançados estão a posicionar-se. Economias como os EUA, a China, a Alemanha ou o Japão definiram metas para liderar nos domínios tecnológicos mais promissores. Outras nações, com menor escala mas com visão estratégica – como a Holanda ou os países nórdicos – apostam na aplicação selectiva de novas tecnologias em sectores onde têm vantagens específicas, como a saúde, os materiais avançados ou os equipamentos industriais, pondo-as ao serviço de objectivos societários como a descarbonização ou o envelhecimento saudável. Em todos os casos, as apostas são claras, bem justificadas, apoiadas por políticas públicas robustas e coordenadas.

Qual é a aposta de Portugal? Ambicionamos estar na linha da frente do desenvolvimento das tecnologias de fronteira? Queremos focar-nos na especialização em nichos das cadeias de valor globais com elevado valor acrescentado e que respondem a problemas prementes? Se sim, em quais e porquê? E como pretendemos organizar-nos para o efeito? O novo Governo não responde.



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

A estrutura ministerial é, neste plano, reveladora. A junção das pastas da Economia e da Coesão Territorial no mesmo ministério não é nova, mas neste contexto é particularmente problemática. Garantir a execução dos fundos europeus tem sido e continuará a ser a preocupação da tutela. Neste quadro, a política de transformação produtiva será sempre secundarizada. Também no Ministério da Educação, Ciência e Inovação, esta última dimensão dilui-se entre as responsabilidades exigentes – pela substância dos assuntos e pelas pressões políticas envolvidas – nas áreas da educação básica, do ensino superior e do sistema científico.

Ainda mais preocupante, continuam a não existir mecanismos de coordenação eficaz entre tutelas. Esta ausência de articulação é um problema grave. O desenvolvimento económico e a competitividade futura dependem da capacidade de alinhar políticas de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação avançada, apoio empresarial, regulação e diplomacia económica, tendo em conta as necessidades de ecossistemas de produção e inovação que são específicos a cada sector e tecnologia. Sem essa ligação, desperdiçam-se recursos e oportunidades. A orgânica do novo executivo não responde a nada disto.

Olhando para o programa do Governo, a situação não melhora. O que sobressai como propostas é a redução do IRC, a promessa de desburocratização e a flexibilização das regras laborais. Espera-se, com isto, atrair mais investimento empresarial. Pode até acontecer, mas importa perceber que tipo de investimento se atrai. Facilitar a vida às empresas, por importante que possa ser, não garante a transformação da base produtiva do país.

Portugal precisa de mais do que remover entraves: precisa de uma direcção clara.

Sem visão estratégica, corremos o risco de fomentar uma economia baseada em negócios fáceis, de retorno rápido e escassa capacidade de transformação. Não são esses negócios que fazem uma economia desenvolver-se de forma sustentada e sustentável. Fazer coisas menos óbvias exige foco, concentração de recursos, mobilização de actores e articulação de políticas, dirigidas a objectivos bem definidos.

O discurso oficial insiste em que é o mercado, e não o Estado, quem deve fazer escolhas. Paradoxalmente, ao ler o Programa do Governo encontramos escolhas por todo o lado. O capítulo sobre Economia menciona sectores específicos como a indústria conserveira e o turismo. A parte sobre Inovação aponta como prioridades o espaço e os semicondutores.

O problema não é, pois, o Governo recusar fazer escolhas. O problema é não se perceber por que razão faz as escolhas que faz. São estes os sectores mais promissores no actual contexto internacional? Portugal tem vantagens tecnológicas e/ou produtivas nestes domínios? Estamos a dar resposta aos desafios estruturais do país?

“

A junção das pastas da Economia e da Coesão Territorial no mesmo ministério não é nova, mas neste contexto é particularmente problemática

Ou estamos só a ir atrás das prioridades fixadas por outros? A resposta a estas questões é tudo menos óbvia. E o Programa do Governo não ajuda a esclarecer.

No primeiro executivo de Luís Montenegro, o então ministro da Economia, Pedro Reis, apresentou o programa “Acelerar a Economia”, onde anunciava a intenção de elaborar uma “Estratégia Indústria 2045”. Era uma proposta vaga, mas apontava na direcção certa: pensar o país a prazo e criar uma base para escolhas informadas. Neste Programa do Governo a ideia desapareceu. Pedro Reis saiu de cena e com ele, pelos vistos, foi também a intenção de termos uma estratégia de desenvolvimento industrial.

O espaço dedicado a cada tema no Programa do Governo é sintomático. A secção dedicada à Indústria ocupa menos de uma página num capítulo de 27 páginas sobre economia e coesão territorial; já a secção dedicada ao Turismo ocupa quase três. No capítulo referente ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação, a relação entre tecnologia e desenvolvimento económico é tratada em uma página num total de 18. A julgar pela amostra, para este Governo a indústria e a inovação juntas valem menos do que o turismo.

É evidente que o turismo continuará a ser importante para a economia portuguesa. Mas não pode ser o pilar da transformação produtiva do país. O turismo não gera cadeias de valor longas, nem promove a sofisticação tecnológica, e está sujeito a riscos externos que não controlamos: crises internacionais, alterações climáticas, mudanças na procura.

Num mundo em mudança acelerada, quem não sabe para onde vai é arrastado pelo vento. A ausência de estratégia, a desarticulação governativa e a fragilidade das opções tornam evidente o vazio de visão.

Economista e professor do ISCTE